

# SINDSEP-AM



Abril/2022

**Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Amazonas**

## **DINHEIRO TEM, A LEI PERMITE, FALTA VONTADE POLÍTICA**

**Podemos constatar a grande falácia do governo federal com a falta de dinheiro para reajustar os salários dos servidores públicos federais.**

- 1** - Receita corrente líquida 2021 - R\$ 1,062 trilhão;
- 2** - Despesa com pessoal - R\$ 290 bilhões ou 27,3% da RCL;
- 3** - Limite máximo - R\$ 531 bilhões ou 50% da RCL;
- 4** - Limite prudencial - R\$ 504 bilhões ou 47,50% da RCL;
- 5** - Limite de alerta - R\$ 478 bilhões ou 45% da RCL.

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf/2021/28>

**Dados do relatório da secretaria do tesouro nacional da receita líquida e despesas com pessoal.**

5% é insuficiente. A proposta do governo era reajuste zero, em palavras do Mourão, Paulo Guedes, Bolsonaro, empresários, grande mídia e alguns ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). 10,54% é a inflação de FEV/2021 a FEV/2022. A pressão do movimento sindical, da frente parlamentar em defesa do serviço público, 39% dos parlamentares que no Congresso Nacional apoiam os servidores públicos, somados a greve do INSS (peritos) e Banco Central e a pressão dos servidores (as) foram fundamentais para essa posição do governo federal.

Estamos com três anos sem reajuste salarial, por tanto, é decisivo manter o calendário de mobilização com assembleias por local de trabalho, pautando a recomposição das perdas de 19,99% para todos.

5% é um quarto da inflação do período dos três primeiros anos do governo Bolsonaro (PL). 19,99% é a pauta. Apesar de sinalizar uma mudança de atitudes do governo, é insuficiente, o funcionalismo continuará em uma situação muito difícil e, com isso, é preciso continuar lutando também pela reestruturação das carreiras que estavam pautadas em 2016, mas que o golpe contra Dilma, organizado por Michel Temer com a elite do atraso, impediu a continuação dessa discussão da reestruturação de carreiras. “Somente com mobilização podemos arrancar a reposição aos nossos salários, de três anos atrás. Gasolina de R\$ 8,00, gás de R\$ 125,00, óleo de R\$14,00, tomate de R\$ 9,00. Os servidores públicos estão mais pobres”, afirma Walter Matos de Moraes, secretário geral do Sindsep/AM.



A luta pela recomposição salarial continua. O governo tem até 180 dias antes do fim do prazo legal (04 de julho), para fazer revisão geral dos salários dos seus servidores, com percentual limitado à inflação do ano da eleição, conforme dispõem a lei eleitoral e o art.21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por isso, nos afirmamos que a única coisa que falta é vontade política para negociar com os servidores a recomposição das perdas salariais. Em vez disso, o governo continua atacando a categoria. Paulo Guedes, o mesmo que disse que havia colocado uma granada no bolso dos servidores, afirmou que conceder reajuste para os servidores poderia trazer de volta a hiperinflação, anterior ao Plano Real.

O governo Bolsonaro já é responsável por uma inflação superior a 20%. Só nos três primeiros meses desse ano, a inflação alcançou 3,22%, perto da meta anunciada para o ano todo. Somente a pressão dos servidores é capaz de forçar o governo, conceder a reposição

salarial emergencial.

Com essa leitura da situação, as entidades reunidas no Fonasef (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) decidiram por mais uma jornada de lutas entre os dias 25 a 29 desse mês. Atos e protestos acontecerão em todo Brasil, além de uma caravana para Brasília, que vai reforçar o ato do dia 28. Até lá, fica mantida a vigília na frente do Ministério da Economia, de terça à quinta-feira, das 11h às 13h.

Se você não está satisfeito com essa situação e busca mudar tal realidade, se organize e lute por 19,99%.

**Sindicato forte é sindicato unido!**